



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680117 - SP (2021/0218996-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : WLADIMIR VIVEIRO
ADVOGADOS : WLADIMIR VIVEIRO - SP105456
MARCOS EDUARDO VIVEIRO - SP261094
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : R L DE S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de R. L. DE S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (n. 0018188-66.2015.8.26.0050).

O paciente foi condenado à pena de 12 anos de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 217-A do Código Penal. Após o trânsito em julgado da condenação, o paciente foi preso para início do cumprimento da pena.

Sustentam os impetrantes, em síntese, a ocorrência de cerceamento de defesa, em razão da ausência de intimação da defesa a respeito do julgamento do recurso de apelação, que impossibilitou a realização de sustentação oral, bem como em virtude de violações da ordem cronológica dos atos processuais, dentre outras irregularidades.

Requerem a concessão da ordem, liminarmente, para que o paciente seja colocado em liberdade até o julgamento do presente *writ*. No mérito, pugnam pela declaração de nulidade do processo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.

INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.
ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente